



**Arquitetura e urbanismo:**  
Compromisso histórico  
com a multidisciplinariedade

**2**

---

Pedro Henrique Máximo Pereira  
(Organizador)



# Arquitetura e urbanismo: Compromisso histórico com a multidisciplinariedade

## 2

---

Pedro Henrique Máximo Pereira  
(Organizador)

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

## Arquitetura e urbanismo: compromisso histórico com a multidisciplinariedade 2

**Diagramação:** Maria Alice Pinheiro  
**Correção:** Amanda Costa da Kelly Veiga  
**Indexação:** Gabriel Motomu Teshima  
**Revisão:** Os autores  
**Organizador:** Pedro Henrique Máximo Pereira

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A772 Arquitetura e urbanismo: compromisso histórico com a multidisciplinariedade 2 / Organizador Pedro Henrique Máximo Pereira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-529-4

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.294210410>

1. Arquitetura. I. Pereira, Pedro Henrique Máximo (Organizador). II. Título.

CDD 720

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

## APRESENTAÇÃO

A arquitetura é espaço existencial. A cidade, um espaço existencial elevado à potência do social. São existenciais porque estão intrinsecamente relacionados, são intimamente ligados à vida individual e coletiva que neles se constituem. Portanto, são políticos, históricos e lócus de rebeldia criativa por excelência.

Esta compreensão é uma das chaves para o entendimento da necessidade da multidisciplinaridade. É também um dos mais potentes argumentos para viabilizarmos a garantia das fronteiras disciplinares já abertas e justificativa irrefutável para a abertura de novas fronteiras. É, portanto, o fundamento para uma abordagem complexa sobre realidades que são complexas. O espaço e a vida que nele ocorre carecem de abordagens diversas e variados modos de investigação, dada a clara compreensão da impossibilidade da apreensão total de objetos de estudo dessa natureza.

Este livro, o segundo volume de “Arquitetura e Urbanismo: compromisso histórico com a multidisciplinaridade”, publicado pela Atena Editora, dá um passo nessa direção. Ele é composto por 17 artigos, cujos temas variam do edifício ao território, passando pela paisagem, região e pelo urbano. Neles as abordagens também variam. Vão das escalas micro, compreendendo a rua, os espaços arquitetônicos de edifícios e interfaces entre o concreto e o virtual-digital à escala da cidade, da região e do território.

Deste conjunto é possível afirmar que o que atravessa todos os 17 artigos é a compreensão de tais temas, escalas e objetos de pesquisa como fontes inesgotáveis de abordagens disciplinares diversas. Por isso não encerram as discussões sobre os objetos analisados, mas deixam em aberto para discussões outras com interfaces dos saberes da arquitetura e urbanismo com a antropologia, a pedagogia, as engenharias, o planejamento urbano e regional, a geografia, a agronomia, a história, a economia, a ecologia, a psicologia, a filosofia, as ciências da computação e programação, a administração, entre tantas outras áreas que poderiam ser aqui citadas.

É possível ainda identificar movimentos interdisciplinares a partir deles. Há um notável trânsito de literaturas de disciplinas distintas utilizado como recurso para a leitura dos objetos neles analisados. Neste sentido, tais artigos indicam a necessidade de reconhecimento do valor e da contribuição de disciplinas próximas e distantes, mas não somente isso. Eles indicam a potência do reconhecimento das mais diversas disciplinas como partes de um campo amplo de investigações, nem sempre pacificado, jamais homogêneo, mas colaborativo e essencialmente crítico.

Assim, estimo boa leitura a leitoras e leitores!

Pedro Henrique Máximo Pereira




## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

AS TIPOLOGIAS DE PAISAGENS QUE CONECTAM O PARQUE DA PAZ E O TECIDO URBANO DO CONCELHO DE ALMADA – ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

Noêmia de Oliveira Figueiredo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2942104101>


### **CAPÍTULO 2..... 27**

LIMES FRANCOLÍ, PAISAJES DE FRONTERA A RITMO SINCOPADO

Josep Maria Solé

Lluís Delclòs

Olivia Malafrente


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2942104102>

### **CAPÍTULO 3..... 43**

CENTROS CULTURAIS E A CIDADE CONTEMPORÂNEA: O CENTRO CULTURAL SÃO PAULO E O SESC 24 DE MAIO COMO EQUIPAMENTOS DE SUPORTE À CULTURA

Júlia Martins Souza Pipolo de Mesquita

Celso Lomonte Minozzi


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2942104103>

### **CAPÍTULO 4..... 52**

ARQUITETURA E ACESSIBILIDADE: FERRAMENTA DE INCLUSÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS DE MARANGUAPE - CEARÁ

Zilsa Maria Pinto Santiago


Virna Maria Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2942104104>

### **CAPÍTULO 5..... 69**

MAPEANDO LOS OJOS EN LA CALLE DE JANE JACOBS EL ALGORITMO GENERATIVO DE LA VIGILANCIA NATURAL PASIVA

Iñigo Galdeano Pérez


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2942104105>

### **CAPÍTULO 6..... 80**

O USO CULTURAL DA MADEIRA NA ARQUITETURA: TÉCNICAS CONSTRUTIVAS TRADICIONAIS E AS MADEIRAS EMPREGADAS NAS CONSTRUÇÕES HISTÓRICAS

William Jorge Pscheidt

João Carlos Ferreira de Melo Júnior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2942104106>





### **CAPÍTULO 7..... 97**

O AMBIENTE DA INTERAÇÃO MUSEAL: DA FISCALIDADE AO TOUR 360°

Pablo Fabião Lisboa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2942104107>

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>110</b>
ASSENTAMENTOS INFORMAIS E LEGISLAÇÃO URBANA - INVISIBILIDADE OU NEGAÇÃO? O CASO DA VILA XURUPITA EM BARREIRAS, BA/BRASIL	
Rogério Lucas Gonçalves Passos	
Natália Aguiar Mol	
Lorena J. Coelho Oliveira	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.2942104108">https://doi.org/10.22533/at.ed.2942104108</a>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>126</b>
CONDIÇÕES SÓCIO HISTÓRICAS DE EXCLUSÃO TERRITORIAL E DESIGUALDADE DE OPORTUNIDADES URBANAS EM CIDADES BRASILEIRAS	
Isabela Casalecchi Bertoni	
Lilian Masumie Nakashima	
Maysa Leal de Oliveira	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.2942104109">https://doi.org/10.22533/at.ed.2942104109</a>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>138</b>
UM BREVE OLHAR SOBRE AS VULNERABILIDADES E A SUSTENTABILIDADE NA MUDANÇA DE PARADIGMAS DO URBANISMO CONTEMPORÂNEO	
Karliane Massari Fonseca	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041010">https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041010</a>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>150</b>
DESEMPENHO DA FILTRAÇÃO LENTA EMPREGADA NO TRATAMENTO DA CARGA DE DBO ORIUNDA DE ESGOTO DOMÉSTICO	
Ariston da Silva Melo Júnior	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041011">https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041011</a>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>164</b>
CENTRO E NOVA CENTRALIDADE DE LONDRINA SOB PERSPECTIVA MORFOLÓGICA	
Mayara Henriques Coimbra	
Gislaine Elizete Beloto	
Letícia da Mata Silva	
Ana Julia Ceole	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041012">https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041012</a>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>181</b>
PLANES REGIONALES: UNA EXPERIENCIA DE GESTIÓN Y REVITALIZACIÓN EN LA CIUDAD DE SÃO PAULO	
Denise Gonçalves Lima Malheiros	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041013">https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041013</a>	

<b>CAPÍTULO 14.....</b>	<b>195</b>
O TOMBAMENTO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE SÃO MIGUEL ARCANJO COMO ESTRATÉGIA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DAS MISSÕES JESUÍTICAS NO BRASIL	
Giorgio da Silva Grigio	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041014">https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041014</a>	
<b>CAPÍTULO 15.....</b>	<b>210</b>
OLHARES CRUZADOS SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL MODERNO- BRASÍLIA PATRIMÔNIO CULTURAL MUNDIAL: RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA INTERNACIONAL	
Yara Regina Oliveira	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041015">https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041015</a>	
<b>CAPÍTULO 16.....</b>	<b>229</b>
ÁREAS METROPOLITANAS DE BELÉM E BRASÍLIA NOVOS RECORTES PARA ANÁLISE	
Ricardo Batista Bitencourt	
Ramon Fortunato Gomes	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041016">https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041016</a>	
<b>CAPÍTULO 17.....</b>	<b>255</b>
UMA ABORDAGEM CONFIGURACIONAL PARA O ENSINO DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL	
Fernando dos Santos Calvetti	
Michele Staub de Brito	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041017">https://doi.org/10.22533/at.ed.29421041017</a>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR.....</b>	<b>268</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>269</b>

# CAPÍTULO 8

## ASSENTAMENTOS INFORMAIS E LEGISLAÇÃO URBANA - INVISIBILIDADE OU NEGAÇÃO? O CASO DA VILA XURUPITA EM BARREIRAS, BA/BRASIL

*Data de aceite: 21/09/2021*

*Data de submissão: 21/07/2021*

### **Rogério Lucas Gonçalves Passos**

Arquiteto Urbanista, Mestrando no IGC/UFMG  
<http://lattes.cnpq.br/7381994012130484>

### **Natália Aguiar Mol**

Doutora em Planejamento Urbano e Professora Adjunta; Depto. Urbanismo/ UFMG  
<http://lattes.cnpq.br/6175436015771270>

### **Lorena J. Coelho Oliveira**

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo/UFMG  
<http://lattes.cnpq.br/5042980839012973>

**RESUMO:** A Vila Xurupita, comunidade ribeirinha de um assentamento informal situada no centro de Barreiras-BA desde meados dos anos 1980, é objeto de estudo deste artigo por estar inserida em uma série de problemáticas em seu contexto urbano. Os processos de construção das leis urbanísticas da cidade evidenciam uma negação da Vila verificado pela inexistência de um zoneamento adequado para a área (como ZEIS), mesmo essa sendo ocupada desde o início de sua formação por população de baixa renda. Paralelo a isso, seu entorno imediato tem se mostrado alvo do interesse imobiliário desde 2010, sendo gradativamente ocupado com novas tipologias, em sua maioria expressas em edificações multifamiliares verticalizadas de grande porte. Com isso, compreendendo a vulnerabilidade socioeconômica, espacial

e política da Vila Xurupita, por meio desse trabalho pretende-se fazer uma análise das leis urbanísticas de Barreiras e da consequente atuação do Poder Público frente à negação de uma população moradora há mais de 40 anos em sua área central.

**PALAVRAS - CHAVE:** Assentamentos informais. legislação urbana. Vila Papelão. Vila Xurupita. ZEIS.

### INFORMAL SETTLEMENTS AND URBAN LAW - INVISIBILITY OR DENIAL? THE CASE OF VILA XURUPITA IN BARREIRAS, BA / BRAZIL

**ABSTRACT:** Vila Xurupita, an informal riverside community located in the center of Barreiras-BA since the mid-1980s, is the subject of this article because it is inserted in a series of problems in its urban context. The construction processes of the city's urban laws show a denial of the Vila verified by the lack of an adequate zoning for the area (as ZEIS), even though this was occupied since the beginning of its formation by low-income population. Parallel to this, its immediate surroundings have been the target of real estate interest since 2010, being gradually occupied with new typologies, most of them expressed in large verticalized family buildings. With this, understanding the socioeconomic, spatial and political vulnerability of Vila Xurupita, through this work we intend to make an analysis of the urban laws of Barreiras and the consequent action of the Public Policies in the area in the face of the denial of a resident population for more than 40 years in its central area.

**KEYWORDS:** Informal Urban Settlements.

## 1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo se debruça sobre a Vila Xurupita, situada na cidade de Barreiras, na Bahia. Trata-se de uma comunidade que existe desde a década de 1980 e sobre a qual não há qualquer diretriz de planejamento urbano. Busca-se, desta forma, discutir a não-inserção e a invisibilidade da Vila Xurupita no processo de planejamento urbano e no zoneamento do município.

Diversas leis urbanísticas foram aprovadas em Barreiras desde a década de 1990. No entanto, nenhuma delas considerou a Vila Xurupita em seus respectivos textos legais, nem mesmo nos diversos mapas que compuseram essas leis, demonstrando uma desconsideração em relação à Vila e à comunidade que ali habita.

Algumas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) foram delimitadas na lei de 2004, demonstrando um interesse municipal em reconhecer áreas de ocupação informal. No entanto, a Vila Xurupita não foi considerada na delimitação desse zoneamento, ainda que suas características estivessem totalmente compatíveis com tal classificação. A Vila encontra-se em uma área central, e está sujeita a possíveis processos de expulsão de moradores decorrentes do desenvolvimento econômico e urbano.

O texto estrutura-se em quatro partes: 1) Contexto e apresentação da área de estudo; 2) Referencial teórico; 3) Análise das leis urbanísticas; 4) Considerações Finais.

## 2 | CONTEXTO E APRESENTAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A cidade de Barreiras, categorizada pelo IBGE como capital regional C na hierarquia urbana do Brasil, é regionalmente conhecida como “Capital do Oeste Baiano” pelo seu destaque nos setores agropecuário, educacional, comercial e de saúde pública, principalmente após década de 1970, em que houve um crescente processo migratório, expansão territorial e consequente aumento populacional. Com uma população estimada de aproximadamente 157 mil habitantes<sup>1</sup>, teve seu processo de urbanização iniciado em 1970, com rápido crescimento gerado a partir das dinâmicas econômicas existentes na região em conjunto do fluxo migratório recorrente da implantação da agricultura moderna de grão. Com esse contexto, o município apresentou crescimento populacional, exigindo novas áreas para habitação e apresentando problemas característicos de tal processo (NASCIMENTO, 2016).

Nesse cenário, situada a 200m do bairro Centro e aproximadamente 1km do Centro Histórico de Barreiras, às margens do Rio Grande (conforme Figura 1), a Vila Xurupita, que ocupada o local desde meados dos anos 1980, ainda hoje se encontra em estado de grande

<sup>1</sup> População de acordo com o censo de 2010: 137.427 pessoas; população estimada (2020): 156.975 pessoas (IBGE, 2021).

vulnerabilidade social. Isso porque, embora se encontre em território privilegiado da cidade, não possui infraestrutura básica, como esgotamento sanitário, pavimentação das vias e sistema de drenagem das águas pluviais, como acontece em seu entorno imediato. Dessa forma, a Xurupita se apresenta como um recorte de exceção no bairro em que está inserida (Vila Dulce) pelo seu contexto urbano, uma vez que se encontra em meio a uma tipologia regular da cidade formal, com quadras loteadas em tamanho padrão (lotes 12x30m), com infraestrutura consolidada e padrão socioeconômico conflitante. Nesse sentido, a Vila foi (e ainda é) constantemente ignorada e negada pelo Poder Público da cidade, a exemplo da concepção dos planos diretores municipais, em que não há menção à Xurupita e nem seu reconhecimento enquanto ZEIS, como será melhor explicitado no decorrer deste trabalho.

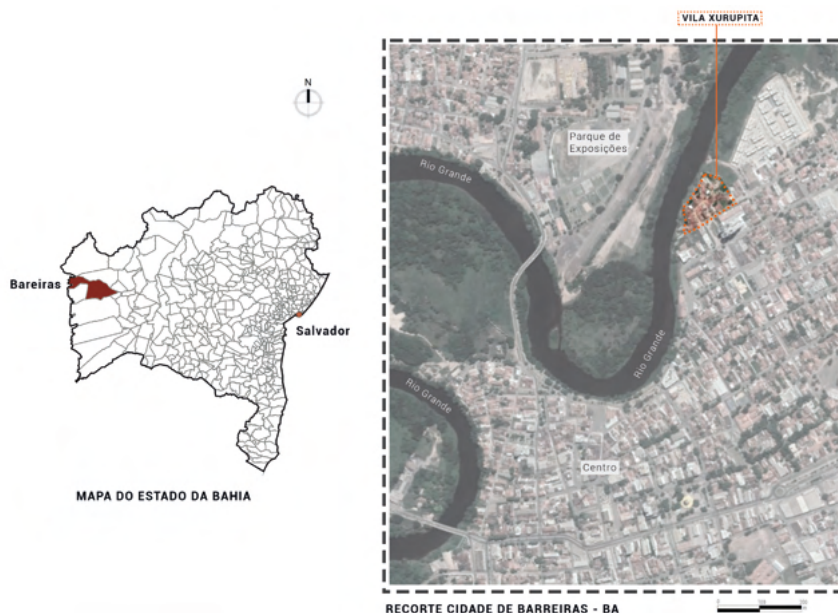


Figura 1: À esquerda, localização da cidade de Barreiras no Estado da Bahia; à direita, recorte do território de Barreiras em vista aérea do Google Earth, com ênfase na localização da Vila Xurupita e do Centro da cidade.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

A única fonte com informações relacionadas ao quantitativo de moradores da Vila Xurupita é o Censo Demográfico de 2010 do IBGE envolvendo aglomerados subnormais<sup>2</sup>. De acordo com o documento, a Xurupita possui 149 (cento e quarenta e nove) domicílios particulares e 486 (quatrocentos e oitenta e seis) moradores. O levantamento não apresenta, contudo, dados socioeconômicos, de raça, e faixa etária, por exemplo, dificultando o planejamento de propostas para o local.

<sup>2</sup> Logo no título do documento é possível perceber que a denominação já se encarrega de explicitar a rejeição aos espaços dos assentamentos informais, demarcando-os como territórios desviantes por meio da categoria de “subnormal”.

A fim de entender como se deu o processo de ocupação da Vila e do seu entorno imediato, observamos nas imagens aéreas históricas do *Google Earth* a apropriação do território, e dividimos essa ocupação em três períodos, relacionados às problemáticas decorrentes, a partir de 2004 (primeiro ano de registro aéreo do *Google* para a área). Percebeu-se que, como se observa na Figura 2, até 2004 o processo de ocupação ocorreu expressivamente, e se consolidou com edificações, em sua maioria, residenciais e unifamiliares, tipologia predominante no bairro. O período de 2005 até 2009 é caracterizado principalmente por acréscimos de construção às edificações já existentes na Vila, além da construção de novas, aumentando o percentual de área ocupada no território. Já o período de 2010 até 2018 há uma mudança brusca do processo de ocupação do entorno da Vila, marcado pelo aparecimento de novas tipologias arquitetônicas que evidenciam um interesse imobiliário expressivo na área em questão. Essas novas construções consideradas são: o Edifício Residencial Rio Grande, com um prédio de 6 pavimentos (construção em 2010); Condomínio Residencial Farrroupilha, com um prédio de 18 pavimentos e 15 sobrados (construção de 2011 à 2014); Memorial Dom Ricardo, espaço físico e apoio organizacional para ações pastorais, culturais, formativas e festivas (construção de 2013 à 2016); e o Residencial Beira Rio, com 17 prédios de 4 pavimentos (construção de 2014 à 2018). Esses dados estão dispostos na Figura 2, abaixo.

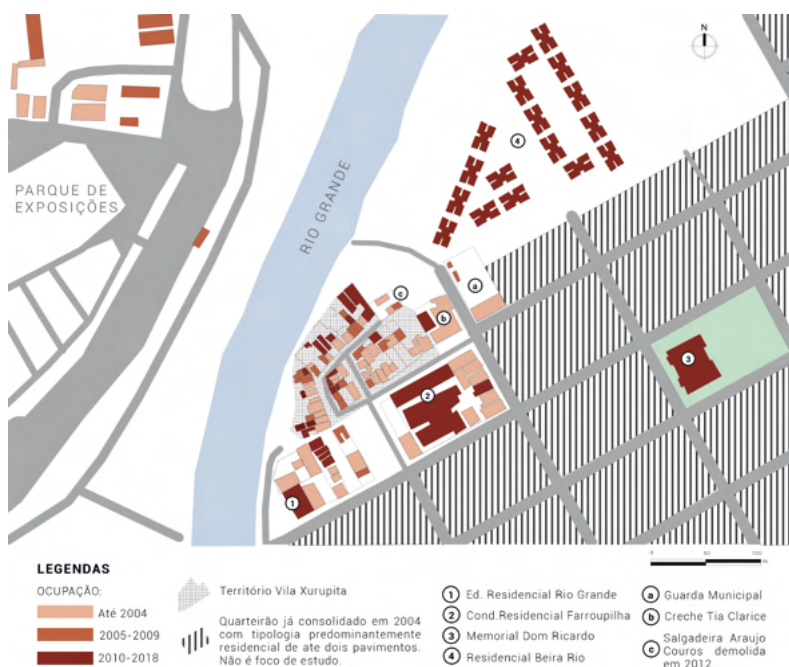


Figura 2: Processo de ocupação da Vila Xurupita e do seu entorno imediato.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.





urbanização, o estabelecimento de um padrão urbanístico próprio para o assentamento. A possibilidade legal de se estabelecer um plano próprio, adequado às especificidades locais, reforça a ideia de que as ZEIS compõem um universo diversificado de assentamentos urbanos passíveis de tratamentos diferenciados (BRASIL, 2002, p. 156)

Em vez de estabelecer parâmetros mínimos de urbanização, como ocorre nos demais zoneamentos da cidade, as ZEIS estabelecem padrões máximos de habitação (FREITAS, 2015), que junto aos outros parâmetros que a compõe, tem por objetivos, segundo o guia do Estatuto da Cidade, permitir a inclusão de parcelas marginalizadas, introduzir serviços de infraestrutura urbanos nos locais que antes não chegavam, regular o conjunto do mercado de terras urbanas, introduzir mecanismos de participação direta dos moradores no processo de definição dos investimentos públicos, aumentar a oferta de terra para os mercados urbanos de baixa renda (MATTOS, 2019). Constituindo, assim, três pilares fundamentais: a função social da propriedade, a regularização de assentamentos e a gestão democrática da cidade.

Nesse contexto, nota-se que a identificação de perímetros urbanos em situação de vulnerabilidade social-espacial como ZEIS é um passo importante de reconhecimento do território e de sua população, permitindo a aplicabilidade do instrumento. Todavia, a simples demarcação não é suficiente para a garantia plena de direitos, pois, embora no discurso legal o instrumento urbanístico pareça completar uma série de alterações do contexto urbano de vilas e favelas, mencionadas anteriormente, na prática ainda é possível perceber a existência de entraves de natureza técnica e jurídica que impedem a sua eficácia íntegra no Brasil (MATTOS, 2019), tornando-se, muitas vezes, mais discurso do que realidade (AMORE, 2013).

Ainda assim, mesmo com as dificuldades enfrentadas, “em cidades onde a força do capital imobiliário gera frentes de expansão sobre áreas ocupadas por grupos de menor renda, a delimitação da ZEIS tem se mostrado central na proteção e na permanência dessa população” (KLINTOWITZ *et. al.*, 2019, p. 38). A exemplo de Brasília Teimosa em Recife (PE), uma das primeiras ZEIS do Brasil, o instrumento fortalece a luta histórica dos moradores pela sua permanência frente à crescente pressão imobiliária do entorno, construindo uma comunidade organizada e articulada, com força política sólida; que “não seria a mesma sem a demarcação da favela como ZEIS no Plano Diretor de Recife” (KLINTOWITZ *et. al.*, 2019, p. 38). No caso de Campos Elíseos, no centro de São Paulo, a demarcação de ZEIS (2014) não foi suficiente para garantir a proteção plena de seus moradores, onde muitos foram surpreendidos com remoções forçadas pelo Poder Público municipal em 2018. Contudo, o instrumento foi estrutural para a articulação entre instituições e moradores após esses episódios, se mostrando como uma “potente resistência à gentrificação e desterritorialização popular” (KLINTOWITZ *et. al.*, 2019, p. 40), com o objetivo central de construir propostas alternativas aos projetos de remoção, que futuramente veio a gerar o

Conselho Gestor da ZEIS, com importante força popular frente às imposições da prefeitura.

Assim, entende-se que o zoneamento ZEIS é um instrumento necessário, ainda passível de reformulações - principalmente nos quesitos pós-delimitação- para tornar-se mais efetivo enquanto garantidor de direitos à população de baixa renda. A partir dos exemplos apresentados e tantos outros conhecidos, o instrumento tem se mostrado como um respaldo para a organização ativista dos moradores, pois “não há efetivação de direitos sem a garantia da participação popular e do acolhimento de suas necessidades” (KLINTOWITZ *et. al.*, 2019, p. 41), em um território em constante disputa, que é a Cidade.

## **4 I ANÁLISE DO PROCESSO DE NEGAÇÃO DA VILA XURUPITA NA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA DE BARREIRAS**

### **4.1 Plano Diretor de Barreiras – 1990-2005**

Em 1989, foi apresentado uma proposta de Plano Diretor, a partir de uma extensa caracterização da situação sócio-econômica-espacial da cidade de Barreiras, com uma justificativa baseada fortemente na necessidade de reordenamento espacial a fim de reverter desigualdades sociais. A proposta reafirma veementemente os problemas urbanos como fator de desigualdade social. Segundo relatado no documento (BARREIRAS, 1989), a proposta foi construída em âmbito participativo, contendo algumas revisões advindas de críticas de diversos atores ali envolvidos.

O diagnóstico realizado apresentou a delicada situação habitacional no município, que continha aproximadamente 9.000 domicílios cadastrados em 1988, sendo cerca de 2.000 classificados como sub-habitações. Algumas edificações, dentre elas as existentes na Vila Xurupita, foram classificadas como uso popular precário, como ilustrado na Figura 4 a seguir. A proposta reconheceu a concentração dessas sub-habitações em seis áreas do município, sendo uma delas a Xurupita (anteriormente denominada Vila Papelão, como é mencionada no documento).

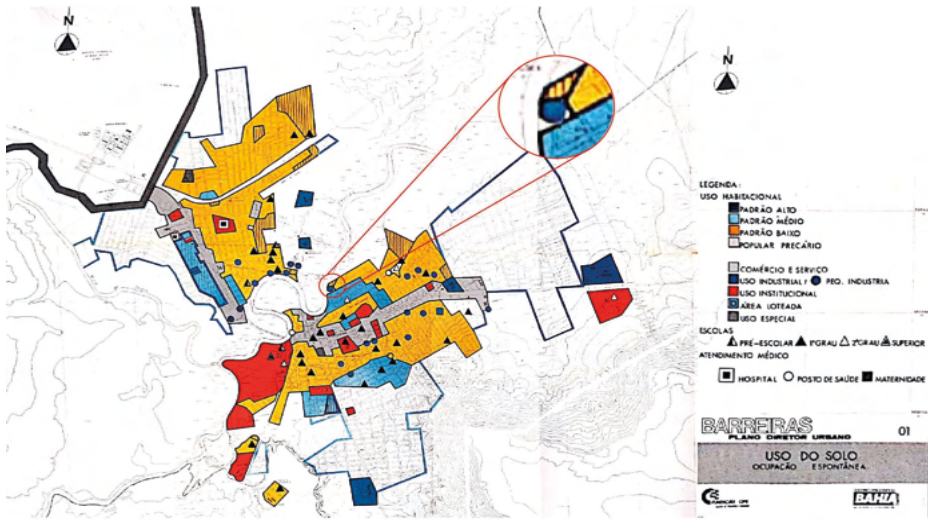


Fig. 4 - Mapa de uso do solo de Barreiras, com destaque a localização da Vila Xurupita.

Fonte: Adaptado de Barreiras, 1989.

Aprovado pela Lei nº 255/1995<sup>3</sup>, o zoneamento, no entanto, inclui a Vila Xurupita como zona central e zona residencial consolidada, desconsiderando a especificidades das habitações encontradas no local e apontadas no diagnóstico. Tal zoneamento prevê um processo de densificação da área, contendo coeficientes de utilização que permitiriam tal situação (1,0 a 1,2). A Figura 5 abaixo ilustra o zoneamento definido para o local.

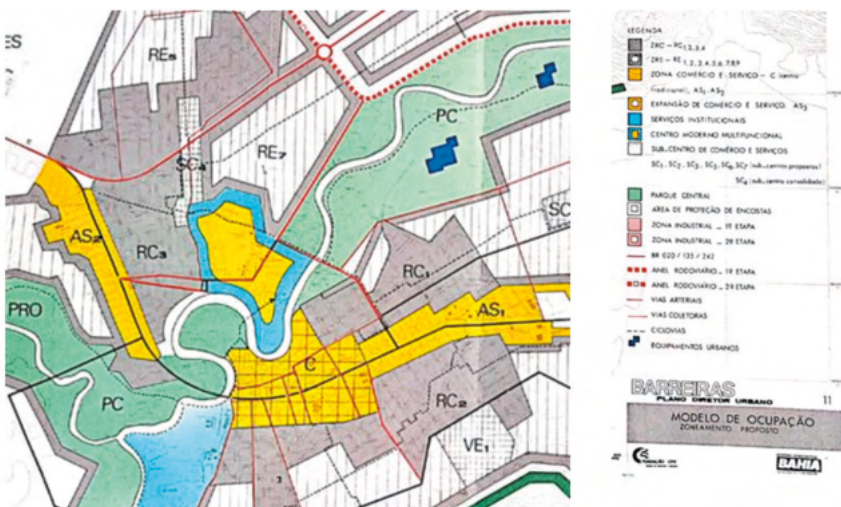


Fig. 5 - Propostas de zoneamento para área central de Barreiras.

Fonte: Adaptado de Barreiras, 1989.

3 Lei de aprovação do Plano Diretor Urbano 1990/2005 elaborado pela Fundação CPE, da Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia.



Contudo, durante a formulação do PDU, foi realizado um levantamento de uso e ocupação do solo. A partir desse estudo, foram levantados os locais com uso habitacional precário, sendo estes caracterizados como Áreas de Interesse Social. Contudo, mais uma vez a Vila Xurupita foi desconsiderada, tendo seu território definido como uso habitacional de baixo-médio padrão e industrial.

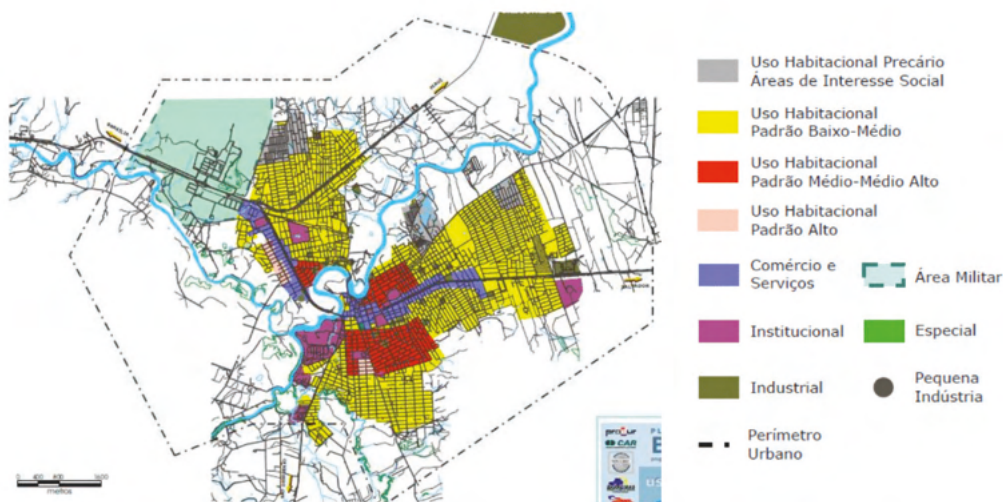


Figura 7: Setorização de Uso do Solo da cidade de Barreiras, segundo Plano Diretor 2004.

Fonte: Adaptado do Plano Diretor de Barreiras, 2004c.

Além disso, seu território é incorporado no “Projeto Estratégico Orla do Rio Grande”, conforme visto na Figura 8, bem como também considerado para abertura de novas vias (Figura 9). Ademais, a delimitação do “Projeto Estratégico Revitalização da Área Central”, também proposto no PDU em questão, tem interferências diretas sobre a Vila, visto que possui limite territorial muito próximo. Contudo, mesmo com a previsão de projetos urbanísticos a serem executados no local, a existência da Vila sequer é considerada nos mapas elaborados.

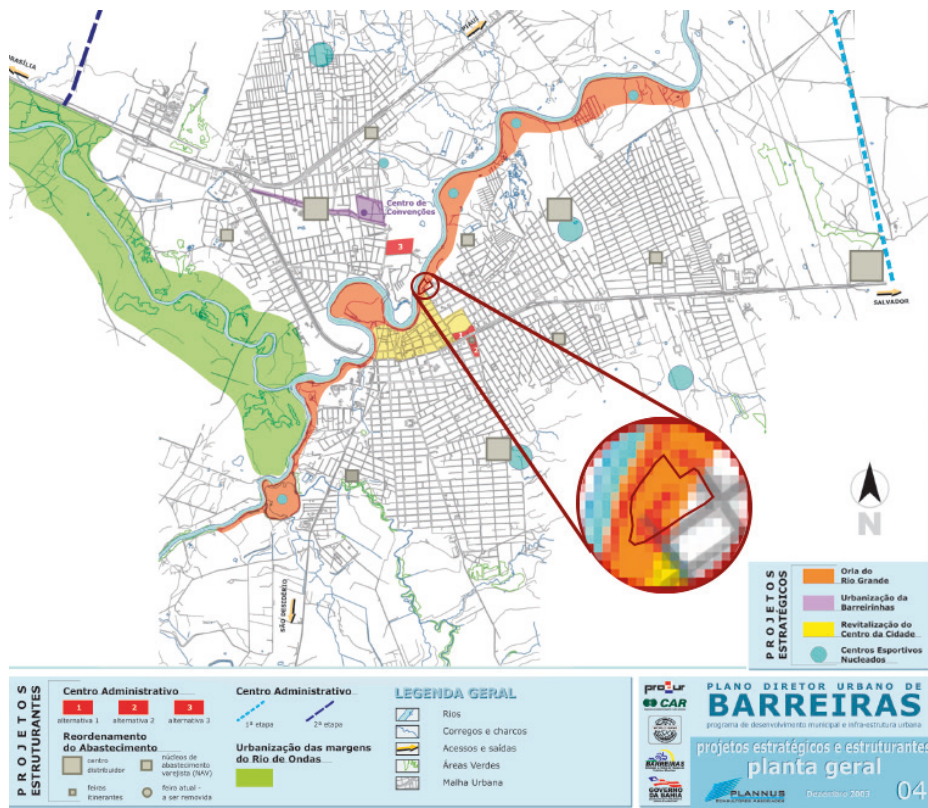


Figura 7: Território da Vila Xurupita incorporado em Projeto Estratégico Orla do Rio Grande e próximo da Revitalização do Centro da Cidade.

Fonte: Adaptado do Plano Diretor Urbano de Barreiras, 2004a.

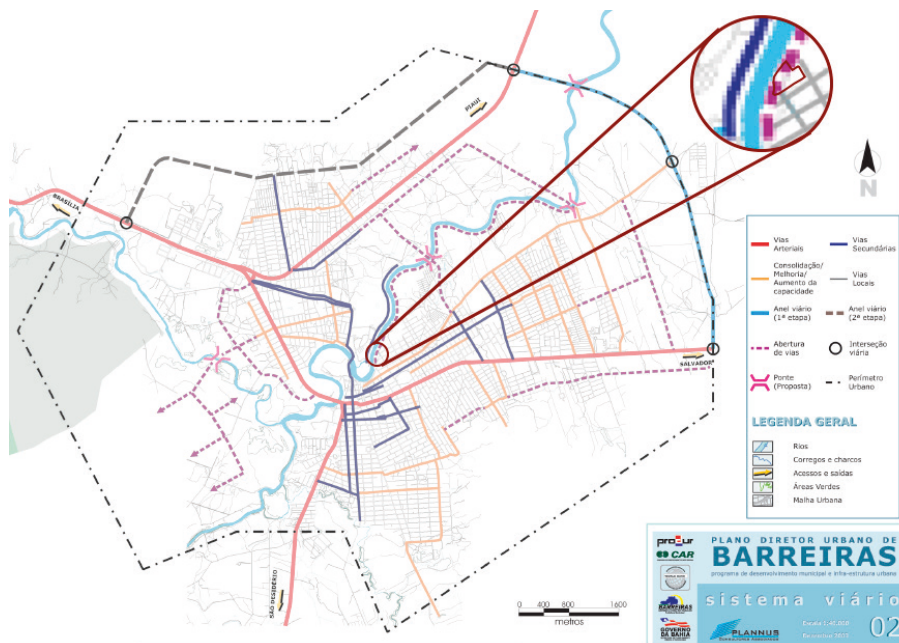


Figura 8: Mapa de categorização do sistema viário de Barreiras e propostas de ampliações, com foco na abertura de via onde se encontra a Vila Xurupita.

Fonte: Adaptado do Plano Diretor Urbano de Barreiras, 2004a.

### 4.3 Novo Plano Diretor Barreiras – 2019

Em 2019 foi promulgado o Novo Plano Diretor de Barreiras. A partir dessa legislação é possível perceber o reconhecimento de novas áreas de ZEIS ao longo do perímetro urbano do município, contudo, uma vez mais, a Vila Xurupita foi desconsiderada. Tendo novamente seu território definido como Zona Central - ZC, como disponível na Figura 9.





2018). Desse modo, é importante refletir na “disciplina ao espaço” estabelecida pelos materiais cartográficos, com ênfase nos mapas, considerando ainda que “o ‘simples’ fato de denominar ou situar [ou não] um elemento sobre o mapa possui frequentemente uma carga política” (HARLEY, 2009, p. 3).

Ao ter a representação da Vila Xurupita desconsiderada, é possível perceber o papel da cartografia no exercício das relações de poder favorecendo as elites sociais. Harley (2009) afirma que esse fato está presente ao longo da história das cidade. Tendo em consideração que “os mapas são representações do real, a partir de uma leitura e para um determinado propósito” é possível afirmar que “todo mapa possui um contexto, um propósito, uma leitura, um discurso, e reflete as percepções e objetivos do autor (quem o demanda e quem o produz)” (MASCARELLO *et. al*, 2018, p. 127). Dessa maneira, entendemos que:

A cartografia pode ser também uma forma de conhecimento e uma forma de poder. [...] Seja o mapa produzido sob a bandeira da ciência cartográfica, como foram a maior parte dos mapas oficiais, ou seja um exercício de propaganda declarada, é inevitável que esteja envolvido no processo do poder (HARLEY, 2009, p. 3)

A partir das reflexões apresentadas é necessário considerar que “a cartografia vai muito além de uma figura que procura representar a realidade”, se apresentando como “um texto cultural onde a retórica está sempre presente (MASCARELLO *et. al*, 2008, p. 131). Ou seja, a representação, ou a falta dessa, não é realizada de maneira inocente e/ou despreziosa, uma vez que, como argumenta Harley (2009, p. 20), “o mapa exerce sua influência tanto pela sua força simbólica quando pelo que ele representa abertamente”. As cartografias não apenas representam o território, ela o produz (ARANGO, 2007). Dessa maneira, consideramos aqui que a não representação da Vila Xurupita nos mapas formais de Barreiras não representa apenas uma invisibilização do local, mas uma negligência para com ele e com sua comunidade.

## 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo conteúdo demonstrado no presente trabalho, é possível concluir que a Vila Xurupita foi desconsiderada na história de Barreiras, tanto no âmbito cartográfico quanto legislativo, mesmo que situada no centro da cidade desde meados da década de 1980. Apesar das legislações urbanísticas municipais proporem em seu discurso programas de urbanização de vilas, melhorias habitacionais de assentamentos precários, regularização fundiária, dentre outros instrumentos, foi possível perceber uam constante reafirmação de não-existência da Xurupita nos mapas oficiais. Esse apagamento reafirma o contexto de ausência do local para o Poder Público, seja essa histórica, política, legislativa ou estrutural, reforçada sobretudo a cada nova lei promulgada.

Nesse sentido, fazemos aqui uma crítica ao processo de planejamento urbano ali

desenvolvido (em tese participativo), uma vez que esse desconsidera parte da população. Diante o complexo contexto existente, reforçamos ainda a necessidade de revisão do Plano Diretor Urbano, a fim de reconhecer a Vila Xurupita enquanto parte integrante de Barreiras, uma vez que esse instrumento é o responsável pela construção de uma cidade justa e equilibrada.

## REFERÊNCIAS

- ARANGO, Vladimir Montoya. El mapa de lo invisible: silencios y gramática del poder en la cartografía. *Universitas Humanística*. Bogotá, Colombia, n. 063, p. 155-179. 2007. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/26467670\\_El\\_mapa\\_de\\_lo\\_invisible\\_Silencios\\_y\\_gramatica\\_del\\_poder\\_en\\_la\\_cartografia](https://www.researchgate.net/publication/26467670_El_mapa_de_lo_invisible_Silencios_y_gramatica_del_poder_en_la_cartografia)>. Acesso em: 11 abr. 2020.
- BARREIRAS. **Plano Diretor Urbano 1990/2005**. Barreiras, 1989.
- BARREIRAS. **Plano Diretor Urbano de Barreiras**. Barreiras, 2004c.
- BARREIRAS. **Relatório Plano Diretor de Planejamento Participativo – Barreiras 2030**. Barreiras, 2004a.
- BARREIRAS. **Síntese do Plano Diretor Urbano**. Barreiras, 2004b.
- BRASIL. 2002. *Estatuto da Cidade - Guia para implementação pelos municípios e cidadãos*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações.
- FREITAS, Clarissa. **Lutando por planejamento pela primeira vez em Fortaleza**. Tradução: Giovanna Duarte Almeida. [S.l.]: Progressiie Planners, nº 204, 2015.
- HARLEY, Brian. Mapas, saber e poder. **Confins** [Online], 5. 2009. Disponível em: <[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/agosto2011/geografia\\_artigos/6art\\_mapas\\_saber\\_poder.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/agosto2011/geografia_artigos/6art_mapas_saber_poder.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2021.
- IBGE. Barreiras – População. **IBGE Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/barreiras/panorama>>. Acesso em: 20 jul. 2021.
- IBGE. **Censo Demográfico 2010 – Aglomerados Subnormais (primeiros resultados)**. Rio de Janeiro, 2010.259p. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/92/cd\\_2010\\_aglomerados\\_subnormais.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/92/cd_2010_aglomerados_subnormais.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2021.
- KLINTOWITZ, Danielle; UEMURA, Margareth; MOREIRA, Felipe; NISIDA, Vitor. ZEIS no diva: reflexões sobre uma jovem de quase 40 anos. In: FERREIRA, Lara; OLIVEIRA, Paula; IACOVINI, Victor. **Dimensões do intervir em favelas: desafios e perspectivas**. 1ª ed. São Paulo: Peabiru TCA / Coletivo LabLaje, 2019.p. 37-44.
- MASCARELLO, Marcela de Avellar *et. al*. Mapas... Por quê? Por quem? Para quem? *Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*. Recife, v. 7, n. 1, p. 126-141. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistamseu>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

MATTOS, Fernanda Cavalcant. ZEIS no Brasil: da construção do ideário às limitações de sua aplicação. XVII ENANPUR Natal, 2019.

MORE, Caio. **Entre o nó e o fato consumado, o lugar dos pobres na cidade**: um estudo sobre as ZEIS e os impasses da reforma urbana na atualidade. Tese de doutorado do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2013.

NASCIMENTO, Paloma de Souza. O atual movimento de expansão urbana na cidade de Barreiras (BA). *Revista de Geografia*. Juiz de Fora, v. 6, n. 2, p. 209-217. 2016.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Acessibilidade 10, 52, 53, 54, 55, 58, 59, 66, 67, 68, 235, 241

Área Metropolitana 10, 1, 2, 240, 251

Arquitetura 2, 9, 10, 1, 25, 26, 43, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 64, 68, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 105, 107, 108, 110, 125, 126, 127, 133, 135, 136, 137, 144, 194, 202, 212, 213, 217, 225, 226, 250, 253, 255, 256, 257, 259, 265, 266, 267, 268

Arquitetura em Madeira 81, 91, 96

Arquitetura Escolar 52

Assentamentos Informais 11, 110, 112, 114, 126, 127, 129, 132, 133, 134, 135, 136

### B

Belém 12, 229, 231, 233, 234, 235, 236, 237, 242, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 253, 254

Brasília 12, 26, 109, 115, 124, 135, 136, 207, 210, 211, 212, 225, 227, 228, 229, 233, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 244, 247, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 268

### C

Centralidade 11, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180

Centro 10, 11, 1, 4, 5, 9, 14, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 57, 89, 104, 110, 111, 112, 115, 120, 123, 126, 128, 135, 142, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 185, 186, 187, 207, 213, 216, 217, 218, 219, 226, 228, 232, 233, 236, 237, 238, 239, 241, 242, 243, 244, 246, 247, 248, 249, 250, 258, 260

Centro Cultural 10, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 51

Cidade 9, 10, 5, 7, 8, 20, 24, 25, 26, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 55, 68, 85, 93, 100, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 164, 166, 167, 169, 170, 172, 173, 174, 179, 180, 183, 194, 200, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 224, 225, 226, 231, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 259, 260, 262, 264, 265

Cidades Brasileiras 11, 126, 127, 128, 129, 131, 134, 243

### D

Desenho Urbano 18, 20, 26

Desigualdade 11, 116, 126, 127, 130, 131, 136, 143, 233

## **E**

Esgoto 11, 131, 133, 150, 151, 152, 154, 156, 157, 163, 235

Exclusão Territorial 11, 126, 127, 131, 134, 136

## **G**

Gestão Urbana 143, 210, 213, 215, 217, 222, 225

## **H**

História da cidade 174

## **J**

Jane Jacobs 10, 69, 70

## **L**

Legislação Urbanística 116, 136, 238

Lisboa 10, 1, 2, 25, 26, 85, 93, 97, 108

## **M**

Madeira 10, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 200, 205

Morfologia Urbana 2, 3, 4, 8, 11, 15, 17, 19, 20, 21, 25, 179, 214, 215, 229, 236

Multidisciplinaridade 9

Museu 45, 94, 97, 99, 100, 101, 104, 105, 108, 109, 173, 199, 204, 208, 217

## **P**

Paisagem 9, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 21, 23, 24, 25, 26, 50, 89, 90, 144, 164, 170, 179, 180, 210, 212, 213, 215, 216, 222, 224, 225, 257, 268

Parque Urbano 31

Patrimônio 12, 45, 90, 92, 93, 94, 97, 98, 101, 104, 105, 107, 195, 196, 197, 198, 199, 203, 204, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 224, 225, 226, 227, 239

Patrimônio Histórico 12, 45, 92, 93, 195, 196, 197, 198, 199, 203, 204, 207, 208, 209, 210, 211, 239

Planejamento Urbano e Regional 9, 12, 194, 255, 256, 257, 259, 266, 267

Planos Regionais 194

projeto urbano 25, 210, 214, 215, 218, 221, 222, 227

## **R**

Rua 9, 4, 14, 15, 45, 48, 49, 50, 55, 56, 57, 166, 172

## S

São Paulo 10, 11, 25, 26, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 68, 91, 92, 93, 95, 96, 108, 109, 115, 124, 125, 128, 129, 131, 133, 135, 136, 137, 147, 148, 149, 150, 152, 162, 163, 172, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 194, 195, 208, 231, 251, 252, 253, 254

SESC 24 de Maio 10, 43, 51

Sítio Arqueológico 12, 95, 195, 199, 202, 203, 205, 206, 207, 209

Sustentabilidade 11, 138, 140, 142, 143, 146, 147, 212, 215

## T

Tecido Urbano 10, 1, 3, 4, 7, 9, 10, 15, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 164, 169, 171, 213, 216, 236, 243, 253

Técnicas Construtivas 10, 80, 81, 84, 89, 90, 91, 96

Território 9, 2, 3, 4, 21, 24, 26, 53, 84, 87, 89, 90, 103, 107, 112, 113, 114, 115, 116, 119, 120, 121, 123, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 135, 138, 139, 140, 141, 144, 146, 147, 149, 164, 167, 168, 170, 179, 195, 198, 199, 200, 201, 204, 206, 213, 214, 215, 218, 220, 221, 222, 225, 226, 227, 230, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 241, 248, 250, 251, 252, 254, 264

Tombamento 12, 195, 197, 198, 199, 202, 203, 206, 207, 211, 239

## U

Urbanismo 9, 11, 1, 25, 26, 43, 46, 52, 53, 68, 69, 79, 92, 96, 110, 125, 126, 135, 136, 137, 138, 148, 171, 181, 194, 250, 253, 255, 257, 259, 268

Urbanismo Contemporâneo 11, 138, 143, 146, 243




# Arquitetura e urbanismo: Compromisso histórico com a multidisciplinariedade


# 2

---

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 


[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 



# Arquitetura e urbanismo: Compromisso histórico com a multidisciplinariedade

# 2

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 